Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Secretaria de Gestão Pública
Departamento de Normas e Procedimentos Judiciais de Pessoal
Coordenação-Geral de Elaboração, Orientação e Consolidação das Normas

NOTA TÉCNICA Nº 68/2013/CGNOR/DENOP/SEGEP/MP

Assunto: Bolsa estágio. Consulta.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Por intermédio do Memorando nº 2135/2011/PGA/PGFN-MF, de 11 de maio de 2011, cópia às fls. 82, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN encaminha cópia do processo administrativo nº 15604.000940/2010-57 visando manifestação, por parte desta CGNOR, quanto a possibilidade de pagamento, em pecúnia, de recesso não usufruído pela ex-estagiária **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**.

ANÁLISE

2. Iniciaram-se os autos com a restituição ao erário de valores pagos a título de auxílio-transporte à ex-estagiária **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, referentes aos dias em que não cumpriu a carga horária do estágio em razão de faltas por motivo de saúde. Ao proceder a restituição ao erário, a interessada questionou como se daria o pagamento do recesso remunerado não usufruído em razão de seu desligamento.

3. Ao se pronunciar sobre essas ausências e sua repercussão no pagamento da bolsa-estágio, a CODRH/COGRH se manifestou conforme comunicações eletrônicas acostadas às fls. 38/39:

Já enviamos ao Ministério do Planejamento solicitação de orientação a acerca do assunto “licença médica de estagiário”, pois na legislação vigente não há nada sobre o caso. Sugerimos até então, o seguinte: para as ausências no máximo de 7 dias, em decorrência de doenças, efetuar o valor integral da bolsa, porém descontamos o vale transporte. Não temos muito o que fazer até que tenhamos orientação do MP.

4. Instada a se pronunciar, a Coordenação-Geral Jurídica da PGFN, apresentou o entendimento abaixo transcrito e corroborou com a sugestão de submeter a matéria à apreciação da SRH/MP:

9. O cerne da presente consulta é avaliar se a estudante **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX** faz jus a ser indenizado pelo recesso que não gozou enquanto era estagiária da então Gerência Regional de Administração

no Estágio do Rio de Janeiro, hoje denominada Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Rio de Janeiro.

(...)

11. Ocorre que, com exceção do dispositivo transcrito, a Lei do Estágio não previu outras normas relativas a esse recesso, deixando, por exemplo, de especificar se as faltas ao estágio por motivo de saúde acarretariam conseqüências ao período de recesso.

(...)

33. Em arremate, entendemos que o afastamento de estagiários por motivo de doença não será arcado pela entidade concedente do estágio, motivo pelo qual esse tipo de ausência deve ser deduzida da bolsa-estágio do(s) estudante(s) faltoso(s), bem como não deve haver pagamento dos auxílios-transporte referentes a essas faltas. Caso o estagiário seja filiado ao RGPS na condição de segurado facultativo, poderá postular perante a entidade previdenciária, o INSS, o pagamento do benefício previdenciário relativamente aos dias de licença médica. Havendo filiação ou não ao RGPS, poder-se-á fazer uso do seguro contra acidentes pessoais, na hipótese de invalidez ou morte.

34. Como vimos, a requerente tem direito a ser indenizada pelo recesso proporcional não usufruído, todavia devem ser descontados de sua bolsa estágio os dias em que não compareceu ao estágio por motivo de saúde.

(...)

41. No caso vertente, tendo em vista a já mencionada orientação da COGEP/SPOA/MF contida no email de fls. 38/39, entendemos que a análise desses requisitos deve ser feita levando-se em consideração duas situações: as primeiras sete faltas da estagiária por motivo de saúde; as demais faltas.

(...)

45. Ante o narrado, opinamos por que:

(i) a interessada faz jus ao recesso proporcional previsto no art. 13, § 2º da Lei nº 11.788, de 2008 (Lei do Estágio);

(ii) no cômputo desse recesso proporcional, devem ser deduzidas, na proporção do art. 130 da CLT (aplicado analogicamente), as suas faltas, por motivo de saúde;

(iii) a condição de estagiário não é causa suficiente para que o mesmo perceba benefício do Regime Geral da Previdência Social, sendo necessário, nos termos do art. 12, § 2º, da Lei do Estágio, que ele se inscreva naquele regime e contribua como segurado facultativo;

(iv) nem mesmo na hipótese de o estagiário estar inscrito o RGPS como segurado facultativo, e entidade concedente deve arcar com os primeiros quinze dias de afastamento por motivo de saúde, porquanto tal responsabilidade só é cabível em relação aos segurados empregados, nos termos do art. 60 da Lei nº 8.213, de 1993; e

(v) a requerente deverá ressarcir ao erário os valores percebidos, a título de bolsa estágio, nos dias em que não compareceu ao estágio;

(vi) contudo, no caso concreto, é dispensável a reposição ao erário das quantias relativas aos primeiros sete dias de afastamento, tendo em vista a errônea interpretação de legislação, consubstanciada no e-mail de fls. 38/39 dos autos. (destacamos)

5. Sobre o entendimento da Coordenação-Geral Jurídica da PGFN, o então Departamento de Normas e Procedimentos Judiciais exarou a Nota Técnica nº 335/2011/CGNOR/DENOP/SRH/MP, de 27/07/2011, nestes termos:

7. Entretanto, discordamos da conclusão esposada pela PGFN, por entendermos que a relação de estágio e aquela de cunho empregatício não se confundem. A primeira tem por finalidade o aprendizado do estudante, ao passo que a segunda exige a presença dos requisitos previstos nos art. 2º e 3º da CLT (onerosidade, subordinação, alteridade, pessoalidade etc), entendimento este compartilhado pela PGFN e pela SRH.

(...)

10. Desse modo, entendemos que as férias a que fazem jus, celetistas ou estatutários, e o recesso dos estagiários não se confundem, momento em que não podemos nos valer da analogia entre a CLT e a Lei nº 11.788, de 2008, para solucionar eventuais omissões desta última.

11. Para deslinde da situação, entendemos, s.m.j., que deve-se aplicar o princípio da legalidade estrita, onde o administrador público não poderá fazer nada que a lei não permita, mesmo fundamento para que não haja o pagamento em pecúnia do recesso proporcional não usufruído.

(...)

13. Por todo exposto, entendemos que (i) à estagiária ~~XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX~~ não será devido o recesso proporcional, em vista da falta de amparo legal; (ii) as suas faltas ao estágio, com vistas ao tratamento da própria saúde, deverão ser descontadas da sua bolsa, exceto os primeiros 7 dias, conforme transcrição acima; (iii) as ausências relacionadas no item ii não terão repercussão no recesso, caso fizesse jus ao usufruto.

6. Ato contínuo, o DENOP julgou pertinente submeter a conclusão supra à oitava da CONJUR/MP com vistas à obter uma análise jurídica sobre o tema. Ocorre que, neste interim, surgiram novos questionamentos acerca do pagamento do recesso remunerado e não usufruído pelo estagiário durante a vigência do contrato, e ainda, sobre a aceitação de justificativas com vistas à compensação de horário.

7. Estes questionamentos, os quais transcrevemos abaixo, deram origem à Nota Informativa nº 749/2011/CGNOR/DENOP/SRH/MP, de 2/12/2011 e à Nota Informativa nº 637/2012/CGNOR/DENOP/SEGEP/MP, de 27 de agosto de 2012. Vejamos:

I – o estagiário que foi desligado sem usufruir o recesso remunerado, faz jus ao pagamento em pecúnia?

II – neste caso, o pagamento poderia ser considerado como uma forma de indenização?

III - é possível inferir que a justificativa apresentada em relação às faltas tem o condão de garantir a possibilidade de compensação de horário e não de abonar as ausências do estagiário?

IV - Uma vez que a Lei não definiu o que seria considerado como justificativa para autorizar a compensação das ausências do estagiário, esta prerrogativa poderá ficar à cargo da chefia imediata?

V - Caso a resposta do item anterior seja positiva, o mesmo tratamento se aplicaria à apresentação de **atestados médicos**? Ou o atestado médico é a única justificativa capaz de autorizar a compensação das ausências sem necessidade de anuência da chefia imediata?

VI - Caso os atestados médicos sejam aceitos como justificativas inquestionáveis, como Administração poderia limitar a aceitação de atestados médicos, uma vez que longas ausências poderiam interferir na avaliação das atividades de estágio?

CONCLUSÃO

8. Assim, após a extensa análise empreendida nestes autos, acerca do assunto, é possível, agora, concluir:

I - sobre o recesso remunerado não usufruído:

a) - o estagiário que for desligado das atividades do estágio sem usufruir os períodos do recesso remunerado porventura adquiridos durante a vigência do contrato, fará jus ao seu pagamento em pecúnia, observada a proporcionalidade prevista na Orientação Normativa nº 7, de 2008; e

b) - o pagamento em pecúnia, do recesso remunerado e não usufruído durante a vigência do contrato de estágio, refere-se, exclusivamente, ao período adquirido e não tem caráter indenizatório.

II - sobre as justificativas de ausência e a compensação de horário:

a) - em razão de a lei não ter definido as justificativas que seriam aceitas para **autorizar a compensação das ausências do estagiário**, a sua

aceitação é ato discricionário da chefia imediata, a quem compete adotar critérios possíveis de serem cumpridos, e compatíveis com os interesses e princípios que norteiam a administração pública;

b) - portanto, o estagiário somente será autorizado a compensar as ausências do estágio, se a justificativa apresentada for aceita pela chefia imediata;

c) - caso a justificativa seja aceita, a ausência será compensada para efeito de cálculo da bolsa estágio;

d) - caso a compensação da ausência acordada entre o estagiário e a chefia imediata não seja cumprida, esta não será considerada como falta justificada, e, portanto, também não poderá entrar no cálculo para efeito de pagamento da bolsa estágio do mês seguinte;

III - sobre a apresentação de atestado médico como justificativa da ausência:

a) - a ausência justificada com a apresentação de atestado médico para o tratamento da própria saúde não necessita de compensação;

b) - as faltas justificadas com a apresentação de atestado médico para o tratamento da própria saúde, serão automaticamente consideradas para efeito de cálculo da bolsa estágio;

c) caso a apresentação de atestado médico para tratamento da própria saúde esteja ocorrendo de forma excessiva e que venha a prejudicar as atividades de estágio em razão das longas ausências do estagiário, a chefia imediata poderá limitar sua aceitação, analisando caso a caso, por meio de decisão administrativa, que seja comprovadamente fundamentada, de forma clara e coerente;

9. Destaque-se que, as conclusões apresentadas por este Departamento de Normas e Procedimentos Judiciais de Pessoal - DENOP foram corroboradas pela Consultoria Jurídica desta Pasta, por intermédio do PARECER N° 0908-3.27/2011/RA/CONJUR-MP/CGU/AGU, de 15 de agosto de 2011, aprovado em 23 e

agosto de 2011, do PARECER N° 1524-3.27/2011/RA/CONJUR/CGU/AGU, de 12 de dezembro de 2011, aprovado em 15 de dezembro de 2011 e do PARECER N° 1332-3.24/2012/RA/CONJUR-MP/CGU/AGU, de 1° de outubro de 2012 e aprovado em 2 de outubro de 2012, acostados às fls. 95-100, 106-110 e 115-117, respectivamente.

10. Isto posto, submetemos os autos à apreciação das instâncias superiores, sugerindo o encaminhamento posterior à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para conhecimento e providências que julgar pertinentes.

À consideração da Senhora Coordenadora-Geral.

Brasília, 13 de março de 2013.

CLEONICE SOUSA DE OLIVEIRA
Técnica da DILAF

MÁRCIA ALVES DE ASSIS
Chefe da Divisão de Direitos e Vantagens,
Licenças e Afastamentos

De acordo. À consideração do Senhor Diretor para apreciação.

Brasília, 13 de março de 2013.

ANA CRISTINA SÁ TELES D'AVILA
Coordenadora-Geral de Elaboração, Orientação e Consolidação das Normas

De acordo. À apreciação da Senhora Secretária de Gestão Pública.

Brasília, 14 de março de 2013.

ROGÉRIO XAVIER ROCHA
Diretor do Departamento de Normas e Procedimentos Judiciais de Pessoal

Aprovo. Restitua-se à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, na forma proposta.

Brasília, de de 2013.

ANA LÚCIA AMORIM DE BRITO
Secretária de Gestão Pública